



III Simposio Internacional de historia de la electrificación.
Ciudad de México, Palacio de Minería, 17 a 20 de marzo de 2015

**DOS LAMPÍÕES NA CLAREIRA À ELETRICIDADE: ASPECTOS DA
FORMAÇÃO DA REDE ELÉTRICA NA CIDADE DE MARINGÁ,
PARANÁ, BRASIL, DE 1942 A 1967**

Fabíola Castelo de Souza Cordovil
Departamento de Arquitetura e Urbanismo –
Universidade Estadual de Maringá
fabiolacordovil@gmail.com

Leonardo Cassimiro Barbosa
Departamento de Arquitetura e Urbanismo –
Universidade Estadual de Maringá
leonardo.cb@gmail.com

Dos lampiões na clareira à eletricidade: aspectos da formação da rede elétrica na cidade de Maringá, Paraná, Brasil, de 1942 a 1967 (Resumo)

A cidade de Maringá, localizada no noroeste do Paraná, Brasil, foi criada *ex-novae* emergiu rapidamente em meio à mata atlântica na década de 1940. Fruto do planejamento regional de uma empresa privada, a cidade fez parte da estratégia de ocupação e inseriu-se como polo regional. Percorremos a história da eletrificação em Maringá. Da clareira aberta na mata, no início da década de 1940, passando pela efetivação da rede elétrica, abastecida pela Usina Hidrelétrica de Salto Grande, até a consolidação em 1967, percebemos três períodos nos quais houve enfrentamentos distintos frente à problemática do abastecimento de luz e energia, de acordo com as possibilidades e recursos disponíveis em cada momento. Analisamos que a instalação da rede de energia elétrica foi uma das prioridades desde a implantação da cidade, sendo fundamental para o desenvolvimento econômico e social do polo regional.

Palavras chave:eletricidade, Maringá, rede elétrica.

From lamps on the clearing to electricity: aspects of the electric network formation in the city of Maringá, Paraná, Brazil, 1942-1947 (Abstract)

The city of Maringá located in the northwest of Paraná State, Brazil, was created *ex-novo* and quickly emerged through the Atlantic forest in the 1940s. Product of a regional planning by a private company, the city was part of the strategic occupation and inserted as a regional center. We analyzed the history of electrification in Maringá. From open clearing in the forest in the early 1940s, through the execution of the electric network, supplied by hydroelectric power plant Salto Grande, until the consolidation in 1967, we noted three periods in which there was distinct difficulties facing the light and power supply problems, due to the opportunities and resources available at each moment. We analyzed that the installation of

electric network was a priority since the establishment of the city, was crucial for the economic and social development of the regional center.

Keywords: electricity, Maringá, electric network.

O estado do Paraná, no que se refere à evolução histórica da energia elétrica, possui três momentos específicos, conforme apontam Siqueira *et al.* (1994). O primeiro período estabelece-se entre o final do século XIX e os anos 1930, no qual se vislumbram as transformações decorrentes da introdução da eletricidade no Brasil, marcada pela exploração dos serviços públicos por empresas privadas fiscalizadas pelos poderes públicos. O segundo período demarcado pelos autores ocorre a partir dos anos 1930 até 1964, “em que se observa tanto a centralização política das atividades de concessão e fiscalização dos serviços de eletricidade quanto a progressiva entrada do Governo paranaense no ramo como produtor e distribuidor de energia elétrica de forma complementar à iniciativa privada” (SIQUEIRA *et al.*, 1994, p. 14). A partir de 1964, o monopólio estatal sobre o setor instaura-se e consolida-se, no qual a Copel – Companhia Paranaense de Energia Elétrica, criada em 1954, passa a ser a protagonista do Plano Estadual de Eletrificação (SIQUEIRA *et al.*, 1994).

Localizada no noroeste do Paraná, a cidade de Maringá fez parte de uma estratégia de planejamento regional, realizado por uma empresa privada, que ocupou uma área de 515 mil alqueires. A história da eletrificação na cidade insere-se no segundo período da evolução histórica da energia elétrica no Paraná. Todavia, guarda peculiaridades no que se refere à formação, implementação e consolidação da eletrificação. Da clareira aberta na mata, no início da década de 1940, passando pela efetivação da rede elétrica, abastecida pela Usina Hidrelétrica de Salto Grande em meados da década de 1960, até a consolidação em 1967, percebemos três períodos nos quais houve enfrentamentos distintos frente à problemática do abastecimento de luz e energia, de acordo com as possibilidades e recursos disponíveis em cada período.

Para contextualizar o momento da criação de Maringá, abordamos a situação da energia elétrica no estado do Paraná na primeira metade do século XX, bem como a colonização privada que deu origem a diversas cidades. A partir de um plano moderno, seguindo o eixo rodoferroviário de penetração, Maringá criou-se sem as infraestruturas básicas para o seu funcionamento. Como um grande loteamento, a empresa colonizadora apenas abriu as vias e traçou os lotes urbanos para venda. Restava à incipiente municipalidade a tarefa de construir a cidade no que se refere aos equipamentos e redes de infraestrutura, sendo a energia elétrica considerada uma das mais urgentes.

Portanto, apontamos e discorremos sobre os três períodos da história da instalação da energia elétrica que marcaram as duas décadas iniciais de existência de Maringá, quais sejam: entre 1942 e 1952 intitulado “soluções individuais em meio à escuridão”; entre 1952 e 1962, que consiste na “fase dos motores diesel-elétricos”; além do último período ocorrido entre os anos de 1962 a 1967, denominado “energia hidroelétrica como solução definitiva para eletrificação”.

A investigação sobre a formação da cidade e a sua relação com a implementação da eletricidade ainda é tema pouco explorado na historiografia urbana de Maringá. Todavia, recorreremos à revisão da literatura existente sobre o tema no estado do Paraná e na região de Maringá, relacionando com o contexto social, político e econômico que se verificava nas duas décadas estudadas, além do levantamento da legislação que marcou ações sobre a eletrificação. As entrevistas com profissionais que atuaram para o estabelecimento da energia

elétrica na cidade, bem como as notícias publicadas em jornais e revistas, foram cotejadas para elucidar a criação e a consolidação da energia elétrica na cidade. A pesquisa em acervos públicos e dos profissionais entrevistados possibilitou a utilização de fotografias e de relatórios que se constituíram em fontes que contribuíram para o estudo.

A energia elétrica no Paraná na primeira metade do século XX

A história da eletrificação paranaense tem como marco o ano de 1890, com a primeira iniciativa de eletrificação na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, por meio de contrato assinado entre o presidente da Intendência Municipal com a Companhia de Água e Luz do Estado de São Paulo, instalando-se assim a primeira usina elétrica do Paraná, inaugurada em 1892, que funcionava por meio de duas unidades geradoras à vapor (COPEL, 2014). Anterior a este período, Recco (2007) afirma que a eletricidade dava-se de forma precária, sendo que o funcionamento da iluminação pública ocorria por lampiões a querosene. Em 1901, também na capital se instala a segunda usina - também termelétrica -, que operava com dois conjuntos geradores de 200 HP. A partir disso, a cidade de Paranaguá, localizada no litoral paranaense, recebe eletrificação em 1902, por iniciativa da família Blitzkow e, dois anos mais tarde, a energia avança para o interior abastecendo a cidade de Ponta Grossa (COPEL, 2014).

A primeira hidroelétrica paranaense, Usina de Serra da Prata, próximo à Paranaguá, foi inaugurada em 1910. Já em 1920 o Paraná possuía 20 unidades geradoras de energia elétrica por termoelétrica ou hidroelétrica, com potência de 6.75kW (RECCO, 2007). No início do segundo período apontado por Siqueira *et al* (1994), Recco (2007) observa que, entre 1920 e 1940, a eletrificação avançava no estado do Paraná, com a energia elétrica se popularizando nos domicílios, ainda que fossem constantes as reclamações com o serviço, seja pela sua precariedade, seja pelo valor da tarifa cobrado.

Paralelo a este processo, o estado do Paraná passava por uma veloz colonização de sua porção Norte, recebendo uma expressiva imigração de outras localidades do país e continentes, em busca de oportunidades em meio à mata que se transformava com a implantação de novas cidades, ainda que o início do povoamento fosse bastante hostil. A população habitava ranchos em meio ao sertão sem qualquer tipo de infraestrutura tendo que, inclusive, produzir seu próprio alimento. É neste contexto que emerge Maringá no período que vai de 1942 à definitiva demarcação do seu território, por meio do plano urbanístico executado em 1947.

O período inicial da formação da cidade até a consolidação da sua rede elétrica insere-se no segundo período da evolução histórica da energia elétrica do Paraná, conforme levantado por Siqueira *et al* (1994). No período que vai de 1942 a 1964, a iluminação instala-se e estabiliza-se tão rapidamente quanto a cidade (RECCO, 2007). No entanto, será somente a partir do início da década de 1960 que o abastecimento de energia elétrica consolida-se por meio da intervenção estatal.

A Copel que, em 1979, passou a denominar-se Companhia Paranaense de Energia foi a empresa estatal responsável pela consolidação da eletrificação paranaense. Instalando-se pioneiramente na cidade de Maringá em meados da década de 1950, a empresa rapidamente se estruturou incorporando órgãos e centralizando funções e, em 1963, será a responsável pela solução definitiva para o abastecimento de energia maringaense, ao trazer a rede de alta tensão da Usina de Salto Grande.

Colonização do Norte paranaense: a criação de Maringá e o contexto da energia elétrica

No contexto do estado do Paraná, diversos estudos analisam a importância da constituição da rede urbana na sua porção Norte a partir de meados do século XIX. Pesquisadores, como o geógrafo francês Pierre Monbeig (1984), abordaram a formação do mundo pioneiro, destacando a criação das cidades, entre as quais Maringá. Tais autores (Monbeig, 1984; Luz, 1981; Tomazi, 1999; Dean, 2007) descrevem o estabelecimento de uma paisagem heterogênea, na qual se intercalavam áreas de queimadas, áreas cobertas de cafezais e áreas de mata, que, reservadas provisoriamente com vistas à valorização, desapareciam paulatinamente com o prosseguimento da colonização.

Não seria possível, no limite deste trabalho, descrever as peculiaridades do que a geógrafa Tânia Maria Fresca (2004, p. 46) chama de “etapa moderna” da formação da rede urbana do norte do Paraná, iniciada em meados do século XIX e completada na década de 1960. No entanto, percebemos que, considerando a análise de Fresca (2004), a rede urbana do norte do Paraná define-se concomitantemente à consolidação do abastecimento de energia elétrica nesta porção do estado do Paraná.

A fundação de cidades e a comercialização de pequenas e médias propriedades, vinculadas à construção de rodovias e ferrovias, tornaram-se parte integrante do amplo projeto de loteamento feito por empresas. O papel das companhias de colonização, em especial a CTNP/CMNP – Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná –, foi determinante para a ocupação do território, bem como o caráter planejado da colonização dirigida.

Destacamos a relação estreita entre o avanço da estrada de ferro e a fundação de núcleos urbanos. A garantia do abastecimento e do escoamento dos produtos fazia parte da propaganda aos colonos. Neste contexto a CTNP/CMNP, com os seus mais de 515 mil alqueires no norte do Paraná, era, segundo Monbeig (1984), a que possuía o maior montante dos negócios feitos pelos capitalistas mercadores de terras a partir de aproximadamente 1900 (ver figura 1).

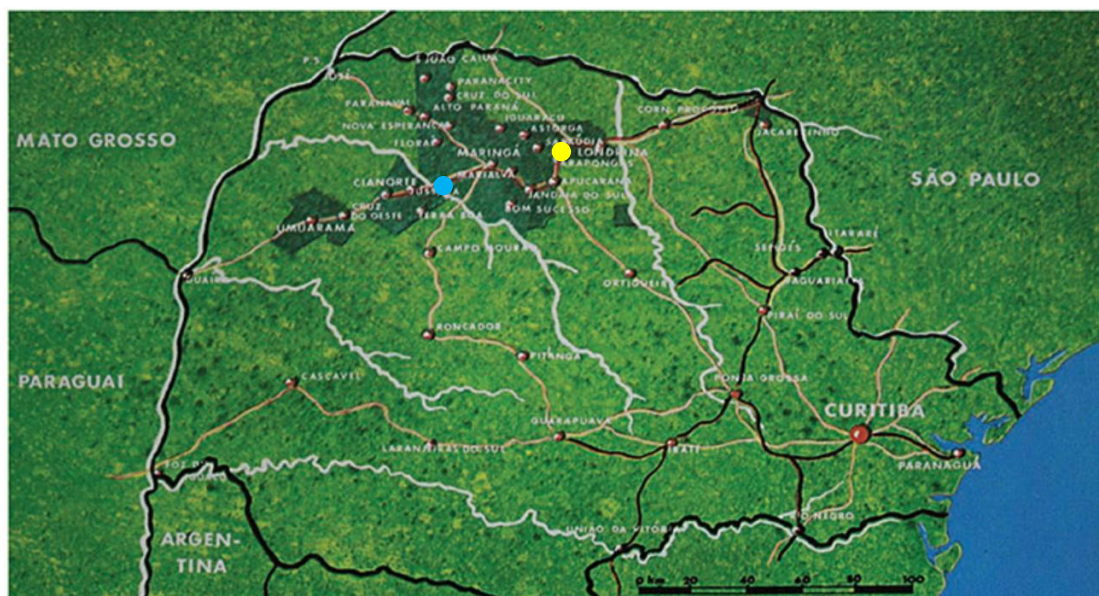


Figura 1 – Área Colonizada pela CTNP/CMNP (verde escuro), com destaque para a cidade de Maringá (azul) e Londrina (amarelo)

Fonte: CMNP, 1975 – adaptado pelos autores

Foi neste vasto território que se formou a cidade de Maringá, a partir de um plano encomendado a um dos mais proeminentes engenheiros paulistanos da época, Jorge de Macedo Vieira. Maringá fazia parte da rede urbana regional da CTNP/CMNP, criada a partir do eixo rodoferroviário de penetração, onde se estabeleceu quatro cidades polos – Londrina (1934), Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955) – que distavam cerca de 100 km uma das outras, tendo outras cidades menores orbitando ao redor dos núcleos principais.

Da clareira aberta em meio à mata ao plano urbanístico moderno, passaram-se cinco anos nos quais houve a implantação de um núcleo provisório, chamado Maringá Velho. As alternativas para a iluminação e energia davam-se rudimentarmente, lançando-se mão dos lampiões a querosene de iniciativa dos próprios moradores.

Como afirma Recco (2007), apesar do expressivo crescimento e desenvolvimento da porção norte do estado do Paraná em razão do plano de colonização empreendido, a demanda por benfeitorias não era acompanhada em mesma medida pelo Governo do estado do Paraná, que privilegiava a capital Curitiba e as regiões mais tradicionais e consolidadas do estado do Paraná.

Dessa forma, serviços essenciais como a eletrificação tiveram que ser resolvidos pela iniciativa privada – Companhia colonizadora, empresas e moradores – nos anos iniciais de formação desta nova frente urbana. A solução adotada inicialmente era baseada em motores estacionários a diesel que, nos núcleos urbanos maiores (como Londrina e Maringá) rapidamente se mostraram ineficazes para atender a crescente demanda. As primeiras tentativas de melhorias na eletrificação concentraram-se na região de Londrina, onde se tem a construção em 1939 de uma pequena usina hidroelétrica no Ribeirão Cambé - a Usina Cambé que, mais tarde, se denominaria “Usina Dr. Fernando de Barros Pinto” - aproveitando uma queda d’água de 50 metros, instalada por iniciativa da CTNP; em 1943, o município ganharia sua segunda usina hidroelétrica, denominada Três Bocas, situada no ribeirão do mesmo nome; e, em 1949, a Usina Hidroelétrica Apucarantina, instalada numa queda d’água de 116 m no Rio Apucarantina. Neste período já havia sido criada a Empresa Elétrica de Londrina S.A., empresa privada que abastecia, além de Londrina, as cidades de Arapongas, Cambé, Ibiporã, Rolândia e Jataizinho (RECCO, 2007).

Assim, apesar da ausência Governo do estado nestes anos, a iniciativa privada conseguiu dar uma resposta relativamente satisfatória já nos anos iniciais para a região de Londrina o que, como veremos, não ocorrerá em Maringá. Vieira constituiu o seu plano urbano a partir da definitiva demarcação da via férrea, e a cidade foi inaugurada em 1947. Todavia, a sua emancipação política ocorreu somente no ano de 1951. Até então, a Companhia determinava as ações na área de sua propriedade. A partir eleição do primeiro prefeito, em 1952, a municipalidade, apesar de incipiente, passa a assumir a responsabilidade para a constituição das redes de infraestrutura e serviços, entre as quais a preocupação com a iluminação pública (CORDOVIL, 2010).

Um dos temas fortes da campanha que conduziu Inocente Villanova à Prefeitura foi precisamente a instalação dos serviços de energia elétrica, cuja carência, no dizer do historiador Dias (2008, p. 42), “gerou um saboroso episódio político”. Ocorre que, no último comício do então candidato, no momento em que ele ia discursar, houve interrupção da energia elétrica, garantida por geradores. Villanova não se deteve e disse ao povo que a escuridão representava a mentalidade de seus adversários, que teriam sabotado seu comício. Interpretando o episódio, Dias (2008, p. 42, aspas do autor) resgata outras versões:

Testemunhos da época sugerem, entretanto, que foi uma artimanha de sua coordenação de campanha. Simulando preocupação, um dirigente de seu partido teria dito aos adversários da UDN [União

Democrática Nacional]: “se acabar a luz na hora do discurso do Villanova, será um desastre”. A isca teria sido mordida pelos udenistas. Qualquer que seja a origem da idéia, o fato é que os cabos da bateria foram desligados e o discurso de Villanova, extraindo dividendos políticos da situação, foi concluído com uma promessa: “eu lhes garanto: se eleito, vou instalar a energia elétrica em Maringá”.

Não apresentando condições hídricas em seu entorno imediato para estabelecimento de uma usina hidroelétrica – ainda que de pequeno porte como em Londrina – e sem investimentos significativos neste setor por parte do Governo do Estado do Paraná até o início da década de 1960, Maringá e região dependiam da geração proporcionada pelos motores estacionários a diesel que, embora funcionassem satisfatoriamente nos pequenos núcleos urbanos do entorno, em Maringá, se mostrarão inadequados frente a grande e crescente demanda.

A energia elétrica em Maringá

Como já dissemos, ao contextualizar a eletrificação na cidade de Maringá em suas duas décadas iniciais, vislumbramos três momentos distintos, caracterizados por distintos meios de geração, capacidade de atendimento e problemáticas envolvidas. Assim, entre 1942 e 1952, verificou-se a quase ausência de energia elétrica, presente apenas para quem tinha acesso a geradores diesel particulares; entre 1952 e 1962, a energia chega ao município por meio da ação governamental, com geração por motores estacionários a óleo diesel, que se revelaram incapazes de suprir a demanda; o último período (1962-1967) é marcado pela chegada da rede de alta tensão produzida por usina hidroelétrica, que representou a solução definitiva para eletrificação municipal, impondo novos desafios com a estruturação da rede de distribuição.

Soluções individuais em meio à escuridão (1942-1952)

Da clareira aberta em meio à mata ao plano urbanístico moderno, passaram-se cinco anos (1942-1947) durante os quais houve a implantação de um núcleo provisório. Chamado de Maringá Velho, o pequeno povoado foi construído para ser um ponto de apoio para a construção da futura cidade, que se instalaria em um terreno menos acidentado, com um plano urbanístico mais arrojado que só seria demarcado após a definição do traçado da ferrovia, uma vez que a estação deveria coincidir com a área central do plano. Monbeig (1984, p.359) faz a descrição da constituição deste núcleo inicial no ano de 1946, antes de se implantar o plano urbano:

A mata cercava Maringá de todos os lados e à sua beira descobriam-se desbravadores urbanos. Não tinha ainda a Cia. Norte do Paraná oficialmente aberto Maringá e tolerava que operários da ferrovia, cujos trabalhos começavam, desbravassem por conta própria e construíssem cabanas heterogêneas: abrigos cobertos de palmas, casas de madeira ou de taipa, rancho de tábuas, erguidos ao acaso em veredas tortuosas, com umas poucas e minúsculas plantações de mandioca, milho e feijão. [...] O centro da vila era o hotel: paravam ali os ônibus, os viajantes, que vinham visitar e talvez comprar um sítio, ali se amontoavam, com desconforto. Começava a vida urbana pela função hoteleira.

Até o início da década de 1950, as condições de eletrificação eram praticamente inexistentes. Para resolver o problema da iluminação, os moradores faziam uso da luz de velas, “Lampiões Aladim” ou da Petronax a querosene que ficavam pendurados nas principais ruas comerciais, nos botecos, nas vendas, produzindo um barulho irritante, sendo abastecidos pelos próprios

moradores (RECCO, 2007). Os maiores estabelecimentos como hotéis, hospitais, grandes comércios, etc., se valiam de pequenos geradores particulares a diesel para ter acesso à iluminação e funcionamento de alguns equipamentos. Alguns destes pioneiros que tinham acesso a geradores particulares distribuía a energia a vizinhos, como o caso do Dr. Aloysio de Lima Barros que possuía gerador em sua clínica e distribuía energia a alguns vizinhos “em um emaranhado de fios improvisados” (FERNANDO, 2012, p.1). A paisagem do pequeno núcleo urbano pode ser observada na foto de 1947, destacando a ausência de qualquer infraestrutura ligada à eletrificação (Ver figura 2).



Figura 1 – Maringá Velho em 1947

Fonte: Acervo Museu da Bacia do Paraná

Recco (2007, p.32) relata a dificuldade encontrada pelos pioneiros que chegavam nos nascente núcleos norte paranaenses nas décadas de 1930 e 1940:

Quem ia para os povoados nascentes, habitava casebres miseráveis a poucos metros de ruazinhas poeirentas ou encharcadas de lama grudenta. Quando o sol se punha, quem tinha juízo recolhia-se em casa, evitando os perigos da escuridão. Para as famílias, era hora da prosa costumeira, ao redor de uma lamparina, geralmente em companhia do fogão de lenha. [...] Tantas privações e dificuldades, no entanto, não abatiam os ânimos. Os “pés vermeio”¹ lutavam por um futuro para suas famílias. A terra era fértil. Se Deus ajudasse, fariam fortuna com o plantio do café. Era assim que pensavam.

A completa falta de estrutura do povoado inicial e da cidade “nova” em seus primeiros anos só começará a se alterar após a emancipação de Maringá em 1951.

A fase dos motores diesel-elétrico (1952-1962)

A primeira gestão municipal, administrada pelo prefeito Inocente Villanova Júnior foi decisiva para o início do processo de eletrificação maringaense. Influente politicamente e com contatos com políticos da capital, Villanova Júnior conseguiu em 1952 a cessão de quatro motores a diesel usados, com 2.080 cavalos de potência, capazes de produzir

aproximadamente 1.500 kVA. O projeto de instalação da usina diesel-elétrica, localizada nas margens do córrego Mandacaru, zona Norte do município, foi feito pela UTIL Companhia Brasileira de Planejamento e a montagem dos motores fora realizada por engenheiros da fábrica alemã que os produzia, vindos de Hamburgo (RECCO, 2007). A usina fora oficialmente inaugurada no 6º aniversário da cidade, com a presença do governador Bento Munhoz da Rocha Neto (FERNANDO, 2012). Tão logo entrou em funcionamento, se estendeu nas principais vias da cidade a iluminação pública, que pode ser observada na obra datada de 1952 de Edgar Osterroht, que pintou a paisagem do Maringá Velho e no posteamento presente em trecho da Av. Brasil em 1954 (ver figura 3).



Figura 2 – Respectivamente, Maringá Velho em 1952 ilustrado por Edgar Osterroht e cruzamento da Avenida Brasil com a Av. Duque de Caxias em 1954

Fonte da imagem à esquerda: OSTERROHT, 1997. Fonte da foto à direita: Gerência de Patrimônio Histórico da Prefeitura de Maringá.

De acordo com Recco (2007) a usina só funcionava até às 22 horas e com duas piscadelas avisavam os moradores que era hora de acender os lâmpões. As lâmpadas de tão fracas, ganharam o apelido de “tomates”. Apesar da precariedade do serviço inicial de eletrificação em Maringá, inicialmente esta foi vista como sinônimo de modernidade, como constatado na reportagem “Avenida Brasil em certo trecho e Avenida Ipiranga, profusamente iluminadas” do O Jornal de Maringá (29 Ago. 1954):

Atendendo a iluminação pública, com uma preferência digna de elogios esse serviço [iluminação pública] já deu por terminado o mesmo na Avenida Ipiranga [Atual Av. Getúlio Vargas] e certo trecho da Avenida Brasil. [...] Pendentes de tipo modernos foram colocados nas ruas que citamos, com globos brancos iluminando profusamente aquelas avenidas. Os outros setores afetos ao serviço de luz e força da cidade vão marchando normalmente, trabalhando os funcionários encarregados das iluminações todos os dias sem cessar, afim de que possam atender aos inúmeros pedidos já feitos.

A provisão de serviços de eletricidade não era da alçada municipal; portanto, o seu incremento não era de responsabilidade do prefeito, embora tenha sido um dos temas da campanha de Vilanova Júnior, como já nos referimos. No âmbito estadual, é criada em 26 de outubro de 1954 a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), por meio do Decreto nº14.947 por iniciativa do governador Bento Munhoz da Rocha Neto. A empresa de capital misto e majoritariamente estatal destinava-se a “planejar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica”. Em 1955, o Decreto nº 37.399 de 27 de maio de 1955 autorizava a Copel a funcionar como companhia

de energia elétrica, e no ano de 1956 a empresa se instalaria pioneiramente na cidade de Maringá. (RECCO, 2007).

O início da atuação da empresa estatal na cidade foi marcado por uma série de dificuldades técnicas e financeiras. Os primeiros anos de atuação da Copel se deram com base na usina diesel elétrica instalada no córrego Mandacaru, o que gerou uma série de transtornos como aponta Antônio Eriberto Schwabe² (2014): “[...] a arrecadação era pouca, não havia dinheiro, quem ajudava mesmo principalmente era o Grande Hotel, eles pagavam adiantado e com o adiantado nós íamos correndo lá no Maluf³”. Schwabe destaca ainda a dificuldade de manutenção dos motores que viviam quebrados, exigindo manutenção frequente do compressor, válvulas, etc., cujo fornecimento de peças era prestado precariamente por uma pequena oficina que se especializou na confecção destas peças, de propriedade de um alemão chamado Kurt, localizada na Vila Operária.

A situação precária da eletrificação maringaense na segunda metade da década de 1950 era constantemente manifestada no jornal de veiculação diária da cidade. Em reportagem intitulada “A questão da energia elétrica em Maringá”, o periódico destacava a ineficiência dos 4 motores diesel-elétricos, que não mais atendiam a demanda: “Além de não alcançar a voltagem necessária, vem sendo sujeita a uma série de pequenas interrupções que se repetem todos os dias...”. A reportagem evidencia o compromisso assumido pela Copel, na pessoa do Dr. Leão Schumann – técnico da companhia -, de instalar dentro de quatro meses um novo motor que aumentaria em 1.500 kW, o que significava mais do que dobrar o fornecimento atual. Contudo, destacam-se tratar de uma medida paliativa frente ao crescimento urbano e a necessidade de industrialização da região. Uma medida mais definitiva para a eletrificação não era vislumbrada em curto prazo (O JORNAL DE MARINGÁ, 11 set. 1956).

Outra reportagem destacada é o memorial publicado no O Jornal de Maringá, na edição de 13 de setembro de 1957, o qual foi elaborado pela Associação Comercial de Maringá, assinado pelo seu presidente Murilo Macedo e dirigido ao presidente da República. O memorial atribui ao estado do Paraná a responsabilidade pela precariedade do fornecimento de luz e energia. Como exposto, a Copel já era a companhia estadual responsável pelo fornecimento de luz e força no estado do Paraná.

A manifestação publicada no jornal faz um breve histórico do serviço na cidade, no qual relata a atuação da OTIL – Organização Técnica de Instalações Limitada –, que instalou a rede elétrica pontilhando as zonas habitadas com postes e isoladores. Porém nem todos os postes foram contemplados com fios, excetuando-se os do centro e os de algumas outras áreas que o documento não especifica. A dúvida paira em saber a que órgão estadual atribuir a responsabilidade da insuficiência dos serviços:

Não sabemos, efetivamente, a quem atribuir a maior responsabilidade, pois a COPEL afirma que tais atribuições cabem ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Paraná. O Departamento replica, culpando a COPEL, e ambas, afinal, conferem culpa ao governo do estado (O JORNAL DE MARINGÁ, 13 set. 1957).

A Associação Comercial confirma o funcionamento de uma usina diesel-elétrica que contava com algumas unidades geradoras, mas não possuía fios, nem material, tampouco transformadores para atender a novas demandas. O diretor da Copel, Dr. Benjamin de Andrade Moura, prometera enviar mais dois transformadores, todavia a necessidade projetada pela Associação era de 26 ou mais. Outro importante grupo prejudicado pela situação da

eletrificação na cidade eram os donos das máquinas beneficiadoras de café, que somavam aproximadamente 50 de grande porte em Maringá e região e que: “Para funcionar as máquinas, recorriam a motores estacionários movidos a óleo diesel, que geravam a necessária energia” (RECCO, 2007, p. 65).

Em razão da alta demanda e da baixa capacidade de fornecimento, a energia era distribuída com certo racionamento. Durante o dia, a energia atendia as áreas comerciais da cidade, equipamentos essenciais como hospitais e nos bairros havia uma espécie de rodízio, sendo servidos por cerca de 6 a 8 horas por dia. À noite, além da iluminação pública, privilegiavam-se certos locais como o Grande Hotel e o cinema (SCHWABE, 2014). O cenário registrado pelas reportagens supracitadas indica o conflito existente na época sobre qual órgão de fato detinha o encargo do abastecimento de força e luz. Retrata, ainda, a utilização de motores a diesel que, além de não suprirem a demanda, não podiam contar os demais mecanismos e equipamentos para o funcionamento do parco sistema de abastecimento. Acerca disso Recco (2007, p.65) demonstra a distinta realidade do Norte paranaense em relação ao Estado vizinho São Paulo:

Portanto, enquanto os paulistas já tinham superado essa etapa há décadas, várias regiões do Paraná ainda eram mantidas na dependência de poucos e arcaicos equipamentos de geração de luz à base de diesel, sem falar que velas, lamparinas e lampiões continuavam sendo artigos de primeira necessidade.

No entanto, apesar do posteamento precário e da dificuldade em fazer funcionar os motores a diesel, em número insuficiente para atender a demanda, um elemento destacava-se na paisagem urbana do centro de Maringá. Desde o seu plano moderno, Vieira havia previsto uma fonte luminosa na praça onde se instalariam os edifícios públicos. A fonte luminosa não foi construída no local destinado pelo engenheiro, mas implantou-se na praça defronte às duas estações – a ferroviária e a rodoviária.

Possivelmente a opção pela mudança tenha-se justificado ante a suposição de que o adorno teria mais destaque e seria mais apreciado se inserido em um local mais movimentado. Sem dúvida foi um elemento moderno que se inseriu no espaço urbano de destaque, e a iluminação da fonte deveria trazer o aspecto de progresso apesar de toda a precariedade latente. Em meio à crise de abastecimento de energia, a década de 1950 marcou a introdução utilidades domésticas elétricas como geladeiras – mais eficientes que às convencionais a querosene -, rádios, enceradeira, aspirador de pó e liquidificador (ver figura 4). Empresas que vendiam geradores a óleo diesel, de variados portes, também anunciavam frequentemente seus produtos no mesmo jornal.



Figura 4 – Propaganda da loja Hermes Macedo S. A., com destaque para a utilidades à energia elétrica

Fonte: O Jornal de Maringá (21 nov. 1954)

Como já dissemos, a COPEL, a época Companhia Paranaense de Energia Elétrica, foi criada pelo governo do estado do Paraná em 1954, por iniciativa do governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Segundo Rogério Recco (2007), Maringá, em 1956, foi a primeira cidade a ser abastecida pela Copel. Diz o autor (2007, p. 73):

Nessa época, com 15 mil habitantes e 1.700 ligações, Maringá dispunha de uma usina com quatro motores a diesel de 360 kVA cada, instalados pelo DAEE [Departamento de Águas e Energia Elétrica] em 1952. Além de insuficientes, pois a cidade vivia um período de rápido crescimento, dois motores estavam com os mancais fundidos, o que impunha um racionamento de eletricidade. A usina funcionava das 7 às 11h30 e das 18 às 22 horas. Em 1957, a Copel adquiriu um motor de 525 kVA e, nos anos seguintes, outras unidades, até que a usina tivesse uma potência de 5.000kW.

Frente à incapacidade de estabelecer uma solução definitiva de eletrificação por meio da usina do córrego Mandacaru, a população pressionava os órgãos públicos para se estabelecer uma solução definitiva na cidade. A solução encontrada entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, quando o engenheiro Domingos Prata Barbosa chegou a Apucarana para administrar a regional da Copel, foi a utilização da energia produzida pela Usina Salto Grande, no Rio Paranapanema, localizada no estado de São Paulo, que já fornecia energia para Londrina e região. Em seguida, o diretor presidente da Copel, Pedro Viriato Parigot de Souza⁴, enviou para Maringá o engenheiro civil Antônio Eriberto Schwabe, que comandou a companhia em Maringá e região entre agosto de 1960 e janeiro de 1964 (RECCO, 2007).

A realidade encontrada pelo engenheiro Schwabe ao chegar a Maringá em 1960 era desanimadora: “tinham três motores estacionários horríveis, pequenininhos, que quase não

conseguiam trabalhar” (SCHWABE, 2014). O engenheiro retrata a realidade do sistema de energia na cidade ao longo da década de 1950:

...postes de madeira muito precários, eram fios de diâmetros inferiores à necessidade. Os motores eram de explosão. [Localizavam-se] na baixada do [córrego] Mandacaru [...] Então, tinham, na realidade, cinco motores: dois maiores, que tinham sido comprados já usados de uma indústria dos Matarazzo em São Paulo, e outros três que já estavam aí há mais tempo. Porque, antes da Copel, quem cuidava da energia era o Departamento de Água e Energia do Paraná. Mas, estes motores eram frágeis e quebravam muito fácil [...] Então, tinha horas que havia energia aqui, outras horas lá. Cuidávamos um pouco dos hospitais, porque não tinham energia própria, até puxarmos a energia de Salto Grande (SCHWABE, 1995).

Os supracitados motores da Indústria Matarazzo foram adquiridos por Parigot, como solução emergencial e entraram em operação cerca de seis meses após Schwabe se estabelecer em Maringá (RECCO, 2007). Ainda assim, frente ao expressivo crescimento urbano vivenciado pela cidade – em 1950 eram 38.588 habitantes, ao passo que em 1960 já somavam 104.131 habitantes – as melhorias introduzidas ficavam muito aquém de atender a demanda.

Em 1961, Parigot foi recepcionado pelo prefeito João Paulino Vieira Filho (1961-1964) e deu a esperada notícia de que Maringá seria abastecida pela usina de Salto Grande. Como exposto por Recco (2007), neste momento a companhia já havia iniciado as obras para trazer a rede de alta tensão até Maringá, cortando sítios da região, num processo muitas vezes conflituoso. Ao mesmo tempo, uma equipe vinda de Curitiba fazia a troca do posteamento da cidade que em sua maioria eram de madeira, por postes de concreto, fornecidos por uma filial da Empresa Cavan que se instalou em Apucarana (RECCO, 2007; SCHWABE, 2014).

Energia hidroelétrica como solução definitiva para a eletrificação (1962-1967)

A inauguração da subestação da COPEL, localizada no Jardim Alvorada, com energia vinda da Usina Hidroelétrica de Salto Grande se deu em 1962, inaugurada em solenidade presidida pelo governador Ney Braga. Responsável pelo comando da instalação elétrica na cidade, o engenheiro Antonio Eriberto Schwabe lembra que o trabalho terminou somente em 1963 ou 1964. A primeira área atendida foi a Zona 1, pois sempre os serviços começavam pelo centro, por ter maior movimento comercial. Depois, a energia estendia-se para os bairros. Neste momento os esforços eram concentrados na estruturação da rede de distribuição, pois o problema da geração já estava resolvido, havendo energia suficiente para atender a demanda (SCHWABE, 1995).

A energia elétrica, sendo da esfera estadual, não era determinada pelas gestões municipais. Todavia, caberia à municipalidade definir as extensões prioritárias. Em 1961, a primeira extensão foi em direção ao aeroporto, que era um dos equipamentos mais importantes da época. Em direção a ele, estava a Vila Operária, que certamente se beneficiou da extensão. A segunda ampliação, ainda em 1961, foi rumo à Zona 2, bairro de moradia das elites locais. O terceiro prolongamento, em 1963, foi em direção à Avenida 19 de Dezembro, para o Maringá Velho, rumo à Zona 5, uma das últimas áreas vendidas pela Companhia.

Nossa afirmação baseia-se nas três leis aprovadas que autorizavam o poder executivo a entrar em entendimento com a Copel para que se procedesse à extensão da linha de energia elétrica. As extensões eram para o Aeroporto Gastão Vidigal (Lei nº 176/61, de 15 de setembro de

1961), para a Vila denominada Bosque, ou Zona 2 (Lei nº 195/61, de 4 de dezembro de 1961) e para a Avenida 19 de Dezembro (Lei nº 270/63, de 30 de outubro de 1963).

Observamos que as extensões deram-se, por ordem, para leste (da Praça Senador Souza Naves para o aeroporto), para sul (em direção à Zona 2, e para que a Vila Bosque tivesse iluminação), e para oeste (com a colocação de postes e braços para instalação de lâmpadas em toda a Avenida 19 de dezembro). Os prolongamentos contemplavam, assim, boa parte do plano inicial. A aerofoto de 1963 ilustra as localidades supracitadas (ver figura 5).



Figura 5 – Aerofoto de 1963

Fonte: Acervo do Laboratório de Aerofotogrametria DEC/UEM – adaptado pelos autores

Em artigo, com foto de um caminhão da Prefeitura e de um funcionário ajustando um poste de iluminação, O Jornal de Maringá (12 jan. 1961), publicou a seguinte manchete seguida da notícia:

Prefeito não para: Na foto, um dos flagrantes de Maringá, isto é, trabalho diário e incessante. A Avenida Getúlio Vargas está tendo sua iluminação completamente reaparelhada, com troca de todas as lâmpadas fluorescentes que apresentavam defeitos. A par da sua limpeza, a segunda artéria em importância de nossa cidade, está recebendo como a muito merecia e esperava todo cuidado do prefeito que aguardávamos ansiosos.

Na notícia, percebemos que a Avenida Getúlio Vargas recebeu a iluminação antes de 1961. Além disso, a avenida tinha a importância que Jorge de Macedo Viera lhe atribuíra como eixo principal, visto que era a segunda em importância para Maringá na época. A primeira era a Avenida Brasil, que, além de ser o principal eixo comercial, era a artéria de acesso à cidade, o eixo rodoviário que mencionamos anteriormente, possuindo o eixo ferroviário paralelamente. Outra característica do clichê é o entusiasmo com as ações do prefeito, fato que encontramos reiteradas vezes em notícias sobre ações na área urbana.

Em 1967, o Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá confirmava que a energia elétrica estava satisfatoriamente distribuída e já era uma reivindicação plenamente atendida. No diagnóstico lê-se que: “A produção de energia elétrica na região atende perfeitamente à demanda, inexistindo perspectiva de insuficiência para qualquer setor de utilização. O progressivo crescimento do consumo é outro indicativo do desenvolvimento da área.” (MARINGÁ, 1967, p. 65). A Copel incrementou a rede de distribuição em toda a região, atendendo progressivamente a demanda nos anos que se sucederam.

Considerações finais

Enquanto a eletrificação no estado do Paraná, já nas primeiras décadas do século XX, encontrava-se estabelecida na região da capital, litoral e pontos de seu interior, a porção Norte do estado do Paraná, que passara por um expressivo plano de colonização à época, sofria com a falta deste serviço. As principais localidades desta porção do estado do Paraná, Londrina e Maringá, dependeram inicialmente de iniciativas privadas para ter acesso à energia elétrica. Por razões geográficas, este processo foi mais bem sucedido em Londrina, que conseguiu edificar pequenas usinas hidroelétricas em seu entorno, ao passo que Maringá dependeria dos precários motores estacionários a diesel até a consolidação do serviço da Copel na região, que se deu na década de 1960.

Neste sentido, identificamos três momentos do processo de eletrificação da cidade de Maringá. O primeiro (1942-1952) se dá em meio às dificuldades da emergente cidade imbricada na mata que ficava às escuras após o pôr do sol, tendo nas velas, lampiões e lamparinas, itens de primeira necessidade. A energia elétrica dava-se raramente por meio de pequenos motores a diesel de particulares, aos quais poucos tinham acesso. O segundo momento (1952-1962) é a fase de funcionamento da usina diesel-elétrica, que marca a atuação inicial do poder público na eletrificação do município. Nesta fase, houve a chegada da iluminação pública e o estabelecimento de ligações residenciais e comerciais. A realidade do período mostrou-se precária, com racionamento e queda de energia frequente, dificuldades advindas da incapacidade dos geradores diesel-elétricos em atender a expressiva demanda frente ao rápido crescimento populacional. O terceiro período (1962-1967) é marcado pela chegada da rede de alta tensão ao município, com energia vinda da Usina Hidroelétrica de Salto Grande, apresentando-se como solução definitiva para a eletrificação urbana. Assim, concentram-se esforços na estruturação da rede de distribuição, num processo que privilegiou as áreas de maior interesse econômico da cidade (centro, aeroporto e bairro de alta renda).

Ao classificar a situação da energia e os principais agentes envolvidos nas décadas iniciais de Maringá, o presente estudo abre precedentes para o aprofundamento da temática, aspecto de profunda relação com o desenvolvimento urbano e ainda pouco explorado pela literatura vigente.

Notas

1. Expressão usual utilizada para denominar quem habitava a região norte do Paraná em razão da “terra roxa” de destacada fertilidade, mas que produzia transtornos na vida urbana pelo o excesso de poeira na seca e a lama no período chuvoso.
2. Engenheiro Civil, formado em 1956 na Universidade Federal do Paraná que atuou como Superintendente Regional da COPEL entre 1960 e 1964.
3. Alberto Maluf era proprietário do Posto Maluf que fornecia óleo diesel para o funcionamento dos motores.
4. Pedro Viriato Parigot de Souza foi diretor presidente da Copel de 10.02.61 a 03.07.70 e governador do estado de novembro 1971 até fevereiro de 1973. Fonte: COPEL. 50 anos. Disponível em

<<http://www.copel.com/50anos>>. Acesso em: 15 out. 2009. Parigot de Souza também foi governador do estado do Paraná de 1971 a 1973.

Referências bibliográficas

- COPEL – Companhia Paranaense de Energia. História da energia no Paraná. 2014. Disponível em: <http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2F0%2F938F473DCEED50010325740C004A947F> Acesso em: 28 fev. 2015.
- CORDOVIL, F. C. A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR 1947 – 1982. 2010. 636f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.
- DEAN, W. A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DIAS, R. B. Da arte de votar e ser votado: as eleições municipais em Maringá. Maringá: Clichetec, 2008.
- FERNANDO, M. Maringá Histórica: iniciativa pioneira em Maringá foi embriã da COPEL. Revista ACIM, maio de 2012.
- FRESCA, T. M. A rede urbana do Norte do Paraná. Londrina: Eduel, 2004.
- LUZ, F. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. Maringá: Prefeitura Municipal, 1997.
- MARINGÁ (Município de). Lei nº176/61 de 12 de setembro de 1961.
- MARINGÁ (Município de). Lei nº195/61 de 4 de dezembro de 1961.
- MARINGÁ (Município de). Lei nº270/63 de 30 de outubro de 1963.
- MARINGÁ (Município de). Plano Diretor de Desenvolvimento, 1967.
- MONBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984.
- O JORNAL DE MARINGÁ. Edições de: 29 de ago. 1954; 21 de nov. 1954; 11 set. 1956; 13 set. 1957; 12 jan. 1961.
- OSTERROHT, E. W. Homenagem ao cinquentenário de Maringá. Década de 1950-60. Maringá: Gráfica Regente, 1997.
- RECCO, R. Clareira flamejante. Maringá: Miograf, 2007.
- SCHWABE, A. E. Antonio Eriberto Schwabe: depoimento [out. 1995]. Entrevistador: J. L. L. Leal. Maringá: Gerência de patrimônio Histórico da PMM, 1995, 1 fita VHS. Entrevista concedida ao Projeto Memória da Prefeitura de Maringá.
- SCHWABE, A. E. Antonio Eriberto Schwabe: depoimento [nov. 2014]. Entrevistadores: F. C. S. Cordovil e L. C. Barbosa. Gravação de áudio digital.
- SIQUEIRA, M. D.; OLIVEIRA, D.; SILVA, E. A.; TRINDADE, E. M.; MARCHI, E. Um século de eletricidade no Paraná. Curitiba: COPEL/UFPR, 1994.
- TOMAZI, N. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.